



PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
SECRETARIA DE SAÚDE

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA GM/MS NO 971, DE 3 DE MAIO DE 2006	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf	Cria a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC).
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.960, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2008 -	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960_09_12_2008.html	Aprova o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos.
PORTARIA Nº 122, DE 6 DE JULHO DE 2012	http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicacodi=108&aedicaano=2012&ccadercodi=2&csecaocodi=51&cmatercodi=1&QP=Integrativas&TP=	Criação da Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares em saúde da Cidade do Recife
PORTARIA Nº 1.083, DE 23 DE MAIO DE 2014	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1083_23_05_2014.html	Institui o incentivo financeiro de custeio para o ente federativo responsável pela gestão das ações de atenção integral à saúde dos adolescentes em situação de privação de liberdade
NOTA TÉCNICA Nº 2/2022-COSAJ/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2022/nota-tecnica-no-2-2022-cosaj-cgcivi-dapes-saps-ms.pdf	Dispõe sobre recomendações aos profissionais de saúde para o atendimento de adolescentes no âmbito da Atenção Primária à Saúde
DIRETRIZES NACIONAIS PARA A ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES E JOVENS NA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE, 2010	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atenc_ao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf	Dispõe sobre a organização da atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens nos estados e municípios.
PORTARIA GAB/SS/PCR NO 031 DE 21 DE MARÇO DE 2006	https://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicacodi=34&aedicaano=2006&ccadercodi=2&csecaocodi=12&cmatercodi=1&QP=&TP=	Cria o Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra (GTSPN) com o objetivo principal de implantação da Política Municipal de Atenção à Saúde da População Negra.
DECRETO Nº 11.656, DE 23 DE AGOSTO DE 2023	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11656.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.656%2C%20DE%2023,de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Igualdade%20Racial.	Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências.

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm	Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. (L12288)
DECRETO Nº 43.777, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016	https://legis.alepe.pe.gov.br/dadosReferenciais.aspx?id=25440	Dispõe sobre a inclusão do quesito raça ou cor nos sistemas de informação, avaliação, monitoramento, coleta de dados, censos, ações e programas no âmbito da Administração Pública estadual direta e indireta.
PORTARIA Nº 992, DE 13 DE MAIO DE 2009	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_p_opulacao_negra_3d.pdf	Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PASSO A PASSO DAS AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL	<u>PASSO A PASSO DAS AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL</u>	Orientação para organização dos serviços de saúde bucal
LEI Nº 14.572 DE 08 DE MAIO DE 2023	https://legis.senado.leg.br/norma/37030635#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,campo%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%20do%20SUS.&text=Quanto%20%C3%A0%20vig%C3%Aancia%20desta%20Lei,5%C2%BA	Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS.
PROTOCOLO DA ATENÇÃO EM SAÚDE BUCAL NO MUNICÍPIO DO RECIFE	<u>PROTOCOLO INTEGRADO DE ATENÇÃO EM SAÚDE BUCAL (VERSÃO FINAL).docx</u>	Organização do processo de trabalho das equipes de saúde bucal do Recife
PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO BRASIL, 2021-2030	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf/view	"O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil, 2021-2030 (Plano de Dant), apresenta-se como diretriz para a prevenção dos fatores de risco das Dant e para a promoção da saúde da população com vistas a dirimir desigualdades em saúde. Cabem em seu escopo a criação e o fortalecimento de políticas e programas intersetoriais, a estratégia de organização de serviços em rede, a construção de governança de processos, a produção de informações direcionadas à tomada de decisão baseada em evidências, o controle social e a inovação na gestão, na pesquisa e nos serviços de saúde."
PORTARIA CONJUNTA Nº 10, DE 16 DE ABRIL DE 2020	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/saes/2020/poc0010_24_04_2020.html https://www.inca.gov.br/publicacoes/relatorios/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-do-tabagismo	Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Tabagismo.

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA GM/MS Nº 502, DE 1º DE JUNHO DE 2023	https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/legislacao/portaria-gm-ms-no-502-de-1o-de-junho-de-2023/view	Institui o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
DECRETO Nº 11.793/2023, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11793.htm	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite 2ª Edição.
PORTARIA GM/MS Nº 1.526, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1526_16_10_2023.html	Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
PORTARIA Nº 067/2016	https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/portaria_politica_municipal_de_atencao_integrada_a_saude_da_pessoa_com_deficiencia.pdf	Aprova a Política Municipal de Atenção Integrada à Saúde da Pessoa com Deficiência
PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html	Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, incluindo o direito ao uso do nome social de pessoas trans e travestis.
PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT)
PORTARIA Nº 35/2016-GAB/SS, DE 08 DE JULHO DE 2016	https://dome.recife.pe.gov.br/dome/doDia.php?dataEdicao=2016-07-12 Página 6 e 7	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) municipal, a Política Municipal de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Municipal de Saúde Integral LGBT)
PORTARIA Nº 141/2024, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024	https://dome.recife.pe.gov.br/dome//doDia.php?dataEdicao=2024-10-24	Institui as diretrizes antirracistas, antiLGBTQIAPN+fóbicas e anticapacitistas para implantação e implementação de políticas públicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do município do Recife.
LEI MUNICIPAL Nº 19.241, DE 15 DE JUNHO DE 2024	Diário Oficial da Prefeitura do Recife https://dome.recife.pe.gov.br/dome/pdfviewer.php	Dispõe sobre o Programa Mãe Coruja Recife
LEI ESTADUAL Nº 16.245, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.	https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=16245&complemento=0&ano=2017&tipo=&url=	Altera a Lei nº 13.959, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Programa Mãe Coruja Pernambucana.
DECRETO MUNICIPAL Nº 28.529 DE 19 DE JANEIRO DE 2015	https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/decreto/2015/2852/28529/decreto-n-28529-2015-autoriza-a-adesao-ao-programa-mae-coruja-pernambucana?r=p	Autoriza a Adesão, do município, ao Programa Mãe Coruja Pernambucana

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0005_03_10_2017.html	Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.
PORTARIA Nº 1.707, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt1707_23_09_2016.html	Redefine as regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de polos; unifica o repasse do incentivo financeiro de custeio por meio do Piso Variável da Atenção Básica (PAB Variável); e redefine os critérios de similaridade entre Programas em desenvolvimento no Distrito Federal e nos Municípios e o Programa Academia da Saúde.
DECRETO MUNICIPAL Nº 22.345, DE 18 DE OUTUBRO DE 2006.	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2006/2235/22345/decreto-n-22345-2006-reestrutura-o-regulamento-do-programa-academia-da-cidade	Reestrutura o regulamento do programa academia da cidade.
SAÚDE DA PESSOA IDOSA	https://www.conass.org.br/biblioteca/saude-da-pessoa-idosa/	Guia de orientação para as secretarias estaduais e municipais de saúde
PORTARIA MS Nº 2.528, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006	https://www.gov.br/mds/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/antigos/portaria-ms-no-2-528-de-19-de-outubro-de-2006	Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
LEI Nº 10.741 DE 01 DE OUTUBRO DE 2003	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10741&ano=2003&ato=c8egXU610dRpWT951	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso
GUIA PRÁTICO SOBRE A HANSENÍASE [RECURSO ELETRÔNICO] / MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS. – BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/hanseniaze/guia-pratico-de-hanseniaze.pdf/view	Tem por objetivo auxiliar os profissionais de saúde no âmbito da vigilância, atenção básica e demais níveis de atenção. De forma clara e concisa, esta edição aborda especialmente: como fazer o diagnóstico de casos novos de hanseníase, como tratar os pacientes, e como orientar pacientes já diagnosticados e que estão em tratamento, bem como o seu acompanhamento.
PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS DA HANSENÍASE [RECURSO ELETRÔNICO]. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022.	https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/publicacoes_ms/copy_of_20230131_PCDT_Hanseniaze_2022_eletronica_ISBN.pdf	O Protocolo foi instituído por meio da Portaria SCTIE/MS no 67, de 7 de julho de 2022. Consistiu em uma iniciativa da Coordenação-Geral de Vigilância das Doenças em Eliminação – CGDE/DCCI/SVS/MS no sentido de normatizar, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), uma diretriz baseada em evidências. Estabelece critérios para diagnóstico e tratamento da hanseníase e promove a descentralização do cuidado em hanseníase para a Atenção Primária à Saúde (APS).

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
DIRETRIZES PARA VIGILÂNCIA, ATENÇÃO E ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA	https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/diretrizes-vigilancia-atencao-eliminacao-hanseniase.pdf	Este manual fornece subsídios, apoio e orientação aos profissionais que atuam na vigilância em saúde, atenção básica e demais níveis de atenção, no que se refere às diretrizes para vigilância, à assistência e à eliminação da hanseníase como problema de saúde pública no Brasil.
PORTARIA GM/MS Nº 635, DE 22 DE MAIO DE 2023	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-635-de-22-de-maio-de-2023-484773799	Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde
PORTARIA GM/MS Nº 5.273, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024	https://cosemspi.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Portaria-GM_MS-No-5.273-DE-9-DE-SETEMBRO-DE-2024-Portaria-GM_MS-No-5.273-DE-9-DE-SETEMBRO-DE-2024-DOU-Imprensa-Nacional.pdf	Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes da Atenção Primária à Saúde
PORTARIA GM/MS Nº 825, DE 7 DE JULHO DE 2023	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-825-de-7-de-julho-de-2023-495194731	Habilita Municípios a receberem recursos referentes à Assistência financeira emergencial para custeio da Atenção Primária à Saúde.
DECRETO PRESIDENCIAL Nº 6.286 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm	Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências.
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.055, DE 25 DE ABRIL DE 2017	Possível encontrar no endereço: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html	Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações.
CADERNO DO GESTOR DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_PSE_1ed.pdf	Material de apoio para gestores do programa
NOTA TÉCNICA Nº 30/2024 - DEZEMBRO 2024	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-no-30-2024-cgedess-deppros-saps-ms	Documento Orientador do Programa Saúde na Escola: Indicadores e Padrões de Avaliação do Ciclo 2025/2026.
LEI Nº 10.216, 06 DE ABRIL DE 2001	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html	Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA Nº 106, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2000 E PORTARIA Nº- 3.090, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3090_23_12_2011_rep.html	Portaria GM/MS nº 106, de 11 de fevereiro de 2000, estabelece as características, organização e funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) no Sistema Único de Saúde (SUS) Portaria GM/MS nº 3.090 :Altera a Portaria nº 106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000, e dispõe, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, sobre o repasse de recursos de incentivo de custeio e custeio mensal para implantação e/ou implementação e funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) (SUS)
LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.
DECRETO Nº 11.432, DE 8 DE MARÇO DE 2023	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11432.htm#:~:text=DECRETA%3A,%C3%A0%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20dignidade%20menstrual.	Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.
LINHA DE CUIDADO DA SAÚDE DA MULHER	https://sites.google.com/view/protocolomulherrecife/in%C3%ADcio?pli=1	Protocolo que subsidia a assistência à saúde realizada pelos profissionais da Atenção Básica às mulheres e às pessoas que gestam
PORTARIA NO 92/2021 – GAB/SS, DE 26 DE ABRIL DE 2021.	https://drive.google.com/file/d/13d5YVfOmmjvniul5S_2fQAmOIUXCc-J/view	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da População em Situação de Rua (PSR).
DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207053&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.053%20DE%2023%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202009.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20para,que%20lhe%20confere%20o%20art.	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 6, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017	https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Legislacoes/Portaria_Consolidacao_6_28_SETEMBRO_2017.pdf	Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.
PORTARIA GM/MS Nº 1.063, DE 8 DE AGOSTO DE 2023	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.063-de-8-de-agosto-de-2023-501833297	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
PORTARIA Nº 122, DE 25 DE JANEIRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html	Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua.

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PLANO NACIONAL PELO FIM DA TUBERCULOSE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/brasil-livre-da-tuberculose/view	O Plano tem como objetivo oferecer subsídios para que gestores em saúde e coordenadores dos programas de TB possam planejar, priorizar, implementar e monitorar ações estratégicas de controle da doença, de acordo com as necessidades e as características de seus cenários e subcenários, no período de 2021 a 2025.
MANUAL DE RECOMENDAÇÕES E CONTROLE DA TUBERCULOSE NO BRASIL	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/manual-de-recomendacoes-e-controle-da-tuberculose-no-brasil-2a-ed.pdf/view	Estabelece as diretrizes nacionais para o controle da doença, que incluem procedimentos clínicos padronizados, procedimentos laboratoriais, sistema de vigilância, ações de biossegurança e organização de serviços.
PROTOCOLO DE VIGILÂNCIA DA INFECÇÃO LATENTE PELO MYCOBACTERIUM TUBERCULOSIS NO BRASIL	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/protocolo-de-vigilancia-da-infeccao-latente-pelo-mycobacterium-tuberculosis-no-brasil.pdf/view	–
MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA VACINAÇÃO/2024.	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2024/manual-de-normas-e-procedimentos-para-vacinacao.pdf/view	Instruções gerais sobre normas e procedimentos para vacinação.
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO 2024	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO 2024</u>	Calendário Nacional de Vacinação.
RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 197, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2017/rdc0197_26_12_2017.pdf	Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.
PORTARIA GM/MS Nº 3.005, DE 2 DE JANEIRO DE 2024	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3005_05_01_2024.html	Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 5 e 6, de 28 de setembro de 2017, para atualizar as regras do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) e do Programa Melhor em Casa (PMeC).
PRIMEIRO PLANO DECENAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA DO RECIFE 2020 - 2030	https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/livro_da_primeira_infancia_v00.49.pdf	Dispõe sobre Plano Decenal para Primeira Infância de Recife, 2020 a 2030.
PORTARIA Nº 1.130, DE 5 DE AGOSTO DE 2015	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html	Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)
PORTARIA GM/MS Nº 5.350, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024.	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5350_13_09_2024.html	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede Alyne.
CARTA DO RECIFE 2023	https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-homem/publicacoes/carta-do-recife-2023/view	Política pública de atenção integral aos homens na saúde para promoção da paternidade e do cuidado no Brasil

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
NOTA TÉCNICA Nº 34/2023-COSMU/CGACI/DGCI/SAPS/M	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2023/sei_ms-0033574409-nota-tecnica-laqueadura-vasectomia.pdf	Trata-se de orientações a gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal em relação à Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022, que alterou a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, sobre Planejamento Familiar
PORTARIA GM/MS Nº 3.562, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2021	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt3562_15_12_2021.html	Altera o Anexo XII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH).
PORTARIA GM/MS Nº 5.836, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2024	https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/snvs/financiamento/copy_of_PORTARIAGMMSN5.670DE5DEZEZEMBRODE2024.pdf	Habilita Estados, Distrito Federal e Municípios ao recebimento de incentivo para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), referente ao exercício financeiro de 2025.
PORTARIA Nº 1.056, DE 24 DE MAIO DE 2016	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt1056_24_05_2016.html	Habilita os Municípios que receberão recursos financeiros para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional por meio da compra de equipamentos antropométricos adequados.
PORTARIA Nº 2.715, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2715_17_11_2011.html	Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição.
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 2 /2017	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html	Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), com vistas à revisão da regulamentação de implantação e operacionalização vigentes, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente Atenção Básica, na Rede de Atenção à Saúde (RAS). (Origem: PRT MS/GM 2436/2017, Art. 1º)
MANUAL DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO RECIFE	https://drive.google.com/file/d/1gbXzoplhgjRcArO6UvRaj-TsWZjgLFi/view	O manual do ACS tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a atuação dos(as) ACS da AB no município do Recife, considerando as especificidades e necessidades de atuação no território.
CARTEIRA DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA DO RECIFE VERSÃO 1. RECIFE, 04 DE ABRIL DE 2024	https://escoladesaude.recife.pe.gov.br/pt-br/repositorio-institucional https://drive.google.com/file/d/17M0QywuwxMkzhju7Zlq0oULKuUv0sEF/view	A carteira de serviços da AB do recife visa nortear as ações de Saúde oferecidas pelos profissionais da Atenção Básica à população no município do Recife.

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PROTOCOLO DE ORIENTAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA DO RECIFE VERSÃO 1. RECIFE, DEZEMBRO DE 2024.	https://drive.google.com/file/d/1TR0jPeZ_RFpnAUy4_Gn_Dc4wE7aZien/view	O protocolo de acolhimento visa orientar a organização do processo de acolhimento acerca das práticas e condutas que podem ser realizadas diante das demandas acolhidas pelas Unidades de Saúde da Família (USF).
MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE PARA ATENÇÃO BÁSICA DO RECIFE VERSÃO 1. RECIFE, DEZEMBRO DE 2024.	https://drive.google.com/file/d/10FuZsiY9KnjyoJnjdzUYvykq9pCQpLc/view	O modelo de atenção para a AB Surge como um guia essencial para orientar as ações e políticas de saúde na Atenção Básica, de acordo com o modelo preconizado para a cidade do Recife.
BASES PARA IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE ATENÇÃO ÀS CONDIÇÕES CRÔNICAS. VERSÃO 1. RECIFE, DEZEMBRO DE 2024.	https://drive.google.com/file/d/1qGDRvIFrfl9_K7ucsoexcD8XyTHLYMhn/view	O documento objetiva instrumentalizar os profissionais da saúde para o manejo deste modelo, proposto como estratégia de reorganização dos processos de trabalho na Atenção Básica do município do Recife.
PROGRAMA RECIFE MONITORA FORTALECENDO A QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA	https://escoladesaude.recife.pe.gov.br/sites/default/files/inline-files/Manual%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20Qualidade%20-%20Recife%20Monitora.docx.pdf	-
PORTARIA GM/MS 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3493_11_04_2024.html	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para instituir nova metodologia de co-financiamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
POLÍTICA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA EM SAÚDE-	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_informatica_saude_2016.pdf	Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS) que norteie as ações de tecnologia da informação e comunicação (TIC) de todo o sistema de saúde brasileiro
ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE SAÚDE DIGITAL 2020-2028-	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf	A Estratégia de Saúde para o Brasil para 2028 (ESD28) procura sistematizar e consolidar o trabalho realizado ao longo da última década, materializado em diversos documentos e, em especial, na Política Nacional de Informação e Informática em Saúde – PNIIS (BRASIL, 2015). A PNIIS estabelece a fundação conceitual para a Saúde Digital, incluindo a sua relação com outras políticas públicas e de saúde, com o Plano Nacional de Saúde (BRASIL, 2016) e com outras estratégias e iniciativas de Governo Digital.
PORTARIA GM/MS Nº 1.604, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1604_20_10_2023.html	Institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde.
PORTARIA GM/MS Nº 3.691, DE 23 DE MAIO DE 2024	https://bvs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3691_29_05_2024.html	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Ação Estratégica SUS Digital - Telessaúde.

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA Nº 2.546, DE 27 DE OUTUBRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2546_27_10_2011.html	Redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, que passa a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes (Telessaúde Brasil Redes).
PORTARIA GM/MS Nº 3.232, DE 1º DE MARÇO DE 2024	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.232-de-1-de-marco-de-2024-546278935	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa SUS Digital.
LEI Nº 14.510, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2022/lei/L14510.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.510%2C%20DE%2027,15%20de%20abril%20de%202020	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; e revoga a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020.
PORTARIA GM/MS Nº 3.526, DE 12 DE ABRIL DE 2024	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3526_15_04_2024.html	Altera o Anexo LXXIII à Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 e o Anexo XV à Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017.
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 17.281/2006	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2006/1729/17281/lei-ordinaria-n-17281-2006-institui-a-ouvidoria-municipal-em-saude-no-ambito-da-administracao-publica-municipal	Institui a Ouvidoria Municipal em Saúde no âmbito da Administração Pública Municipal, vinculada administrativamente a Secretaria de Saúde
DECRETO Nº 12.026, DE 21 DE MAIO DE 2024	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=12026&ano=2024&ato=46dc3Yq1ENZpWTb57	Institui o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
LEI Nº 14.912, DE 3 DE JULHO DE 2024	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2023-2026/2024/Lei/L14912.htm	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar a realização de campanhas permanentes sobre os riscos de automedicação
RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 50, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	https://www.saude.sc.gov.br/index.php/informacoes-gerais-documentos/vigilancia-em-saude/assistencia-farmaceutica/componente-especializado-da-assistencia-farmaceutica-ceaf/protocolos-clinicos-ter-resumos-e-formularios/talidomida-1/talidomida-na-dech-1/12816-rdc-n-50-de-11-11-2015-atualizacoes-rdc-11-talidomida-novo/file	Dispõe sobre a atualização do Anexo III, Indicações previstas para tratamento com a Talidomida, da RDC nº. 11, de 22 de março de 2011.
PORTARIA 1.600 DE 7 DE JULHO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600_07_07_2011.html	Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS).

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA 2.048 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2002	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html	Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.
PORTARIA MS 1.010 DE 21 DE MAIO DE 2012	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html	Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.
PORTARIA 1.864 DE 29 DE SETEMBRO DE 2003	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2003/prt1864_29_09_2003.html	Institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências, por intermédio da implantação de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência em municípios e regiões de todo o território brasileiro: SAMU- 192
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO 03/2017	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html	Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO 06/2017	https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Legislacoes/Portaria_Consolidacao_6_28_SETEMBRO_2017.pdf	Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde
PORTARIA 958 DE 17 DE JULHO DE 2023	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt0958_18_07_2023.html	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os valores do incentivo financeiro de custeio para manutenção das unidades móveis e Centrais de Regulação das Urgências efetivamente implantadas do SAMU 192.
RDC Nº 786, DE 5 DE MAIO DE 2023	https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/5919009/RDC_786_2023.pdf/d803afbc-59c1-4dc2-9bb1-32f5131eca59	Dispõe sobre os requisitos técnico sanitários para o funcionamento de Laboratórios Clínicos, de Laboratórios de Anatomia Patológica e de outros Serviços
LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2022/lei/l14289.htm	Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose
PORTARIA SCTIE/MS Nº 171, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-sctie/ms-n-171-de-6-de-dezembro-de-2022-449277976	Teste de Liberação de Interferon-gama (IGRA) para detecção de infecção latente pelo Mycobacterium tuberculosis
RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 830, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023	https://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/5673188/RDC_830_2023.pdf/0dcc96d1-7bfa-4a01-9e33-69676fd1eba9	Uso de dispositivos médicos para diagnóstico in vitro, inclusive seus instrumentos.
POLITICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM SAUDE	Portaria nº 198 de 13.02.2004pdf	Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores.

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE 2024	PEPS - Plano de Educação Permanente em Saúde (1).pdf	Plano de Educação Permanente em Saúde 2024, expressa a transversalidade dos processos educativos voltados para os trabalhadores e futuros trabalhadores do SUS Recife, afirmando a potência da Educação Permanente em Saúde para a consolidação das diretrizes municipais de atenção, gestão e participação social.
LEI DE INSTRUTORIA PARA ESCOLA DE GOVERNO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE -EGMSR	Lei Municipal nº 18.894 de 21 de fevereiro de 2022	Dispõe sobre remuneração adicional a ser concedida aos servidores da Administração Direta e Indireta do Município, que participem como Instrutor, Tutor ou Coordenador dos cursos oferecidos pela Escola de Governo da Prefeitura da Cidade do Recife (EGMSR).
REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DO RECIFE – EGSMR	REGIMENTO ESR.pdf	Aprova o Regimento Interno da Escola de Governo em Saúde do Município do Recife - EGSMR
POLITICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAUDE	Portaria 171/2024 de 27 de dezembro de 2024Política Municipal de Educação Popular em Saúde	Institui a Política Municipal de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde.
NUCLEOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	Port 001/2024 de 05 de janeiro de 2024 Núcleos de Educação Permanente em Saúde	Instituir, no âmbito da Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, os Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS), com o objetivo de fortalecer e consolidar no território municipal a Política de Educação Permanente em Saúde para o SUS, por meio da implementação de ações educativas em saúde e para o desenvolvimento dos trabalhadores do SUS, possibilitando maior integração entre as práticas profissionais e as atividades formativas, no contexto do trabalho em saúde
SITE DA ESCOLA DE SAÚDE DO RECIFE	https://escoladesaude.recife.pe.gov.br/	O site da Escola de Saúde do Recife (ESR) é um canal virtual de comunicação da instituição com os profissionais da rede de saúde e demais interessados. Nele estão disponíveis as normativas e documentos institucionais, bem como a divulgação das ações educacionais ofertadas pela ESR. No site está disponível biblioteca virtual, informações dos programas de residência, bem como orientações para acesso ao Formulário de Anuência para Pesquisa e Extensão, Youtube ESR e Ambiente Virtual de Aprendizagem.
ESTATUTO DO SERVIDOR	Lei nº 14.728 de 1985	Estatuto dos Servidores do Município de Recife

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
<p>PLANO DE CARGOS, CARREIRAS, DESENVOLVIMENTO E VENCIMENTOS</p>	<p>Lei nº 17.772, de 16 de janeiro de 2012 https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2012/1778/17772/lei-ordinaria-n-17772-2012-institui-o-plano-de-cargos-carreiras-desenvolvimento-e-vencimentos-pccd-v-dos-servidores-efetivos-do-grupo-ocupacional-saude-da-administracao-direta-do-municipio-do-recife#:~:text=INSTITUI%20%20PLANO%20DE%20CARGOS,DIRETA%20DO%20MUNIC%C3%8DPIO%20DO%20RECIFE.&text=Art.</p> <p><u>Institui o plano de cargos, carreiras, desenvolvimento e vencimentos - PCCDV dos servidores efetivos do grupo ocupacional saúde da administração direta do município do Recife</u> <u>Decreto 37.114-2023 novo AD PCCDV</u> <u>Regulamenta a progressão por qualificação e a progressão por mérito dos servidores do Grupo Ocupacional Saúde, previstas nos arts. 9o e 14 da Lei Municipal no 17.772, de 16 de janeiro de 2012.</u></p> <p><u>Portaria nº147-23 - Instrumento e Cargo Avaliadores.pdf</u> <u>Define o instrumento de avaliação, a escala de valoração e o cargo do Avaliador a serem utilizados na Avaliação de Desempenho para Progressão por Mérito no Plano de Cargos, Carreiras, Desenvolvimento e Vencimentos - PCCDV - do Grupo Ocupacional Saúde da Administração Direta do Município do Recife.</u></p>	<p>Institui o plano de cargos, carreiras, desenvolvimento e vencimentos - PCCDV dos servidores efetivos do grupo ocupacional saúde da administração direta do município do Recife</p>
<p>DECRETO Nº 28.779 DE 04 DE MAIO DE 2015</p>	<p><u>DECRETO 28.779-2015</u></p>	<p>Define critérios e procedimentos para avaliação de desempenho em estágio probatório</p>
<p>LEI MUNICIPAL Nº 18.969, DE 26 DE JULHO DE 2022.</p>	<p><u>Lei Ordinária 18969 2022 de Recife PE</u></p>	<p>Estabelece novo modelo de gestão dos distritos sanitários e das unidades de saúde da rede municipal de saúde e dá outras providências. O PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE: Faço saber que a Câmara Municipal do Recife decreta e eu sanciono a seguinte Lei.</p>
<p>DECRETO Nº 36.482 DE 2023</p>	<p><u>Decreto 36482 2023 de Recife PE</u></p>	<p>Regulamenta a Lei Municipal nº 18.969 de 26 de julho de 2022, que estabelece novo modelo de gestão dos Distritos Sanitários e das unidades municipais de saúde.</p>
<p>PORTARIA CONJUNTA Nº 001 DE 30 DE AGOSTO 2024</p>	<p><u>Portaria Conjunta nº 001 -2024</u></p>	<p>Dispõe sobre os indicadores e sub-indicadores previsto no novo modelo de gestão dos Distritos Sanitários e das unidades municipais de saúde.</p>

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
LEI Nº 19.131 DE 2023	Lei municipal 19.131-2023- cargos e AB	Cria cargos efetivos no âmbito da Secretaria de Saúde do Município, para provimento mediante concurso público e seleção pública, além de ampliar e qualificar a atenção básica da Rede Municipal de Saúde, e dá outras providências.
LEI Nº 17.732/2011	Lei-ordinaria-17732-2011-Recife-PE PLANTÃO EXTRA.pdf	Dispõe sobre a remuneração dos servidores efetivos e comissionados da administração direta, autárquica e fundacional do município do Recife e de outras vantagens especificadas.
LEI Nº 17.398 DE 28/12/2007	Lei municipal 17.398-2007 - Eventos Extraordinários AGO 2018.pdf	Institui a gratificação especial de eventos extraordinários no âmbito da secretaria de saúde.
DECRETO Nº 37.024 DE 29/09/2023	Decreto 37.024-2023 - Jornada de Trabalho.pdf	Estabelece critérios e procedimentos gerais sobre o regime de teletrabalho, as férias e a jornada de trabalho, aplicáveis aos servidores públicos em exercício nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional.
PORTARIA Nº 127 DE 16/10/2023	Portaria 127 - 2023- mobilidade	Estabelece procedimentos específicos e fluxos para os processos de mobilidade interna dos servidores em efetivo exercício na Secretaria de Saúde.
SISTEMA DE MOBILIDADE	https://sesuite.recife.pe.gov.br/softexpert/login	Link para solicitação de credenciamento de mobilidade interna para servidores lotados na Secretaria de saúde.
LEI Nº 17.280/2006 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2006/1728/17280/lei-ordinaria-n-17280-2006-altera-o-conselho-municipal-de-saude-e-cria-os-conselhos-distritais-e-de-unidades-e-revoga-as-leis-n-15773-de-18-de-junho-de-1993-e-16114-de-10-de-novembr	ALTERA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E CRIA OS CONSELHOS DISTRITAIS E DE UNIDADES E REVOGA AS LEIS Nº 15.773 DE 18 DE JUNHO DE 1993 E 16.114 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995.
PORTARIA GM/MS Nº 5.201, DE 15 DE AGOSTO DE 2024	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-5.201-de-15-de-agosto-de-2024-579010765	Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas doenças na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, e modifica o Anexo XLIII à Portaria de Consolidação MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para revogar o item I da Lista Nacional de Doenças e Agravos a serem monitorados pela Estratégia de Vigilância Sentinela.
PORTARIA SES/PE NO. 660 DE 17 DE OUTUBRO DE 2022	https://drive.google.com/file/d/1i0JV9GGX8V1DI0u3YQEZXUffY0voi4ah/view	Acrescenta doenças, agravos e eventos estaduais à Lista Nacional de Doenças de Notificação Compulsória e dá outras providências.

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
RESOLUÇÃO Nº 11, DE 22 DE MARÇO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/res0011_21_03_2011.html	Orientações sobre o controle da substância Talidomida e do medicamento que a contenha para Hanseníase
PORTARIA GM/MS Nº 154, DE 26 DE JANEIRO DE 2022	(https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt0154_10_02_2022.html). Estratégias para 2021-2025: (https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/brasil-livre-da-tuberculose/view).	Aprova o Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública:
PORTARIA GM/MS Nº 4.868, DE 17 DE JULHO DE 2024	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt4868_30_07_2024.html	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Incentivo Financeiro às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/Aids), da Tuberculose, das Hepatites Virais e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde.
LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14289.htm	Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei no 6.259, de 30 de outubro de 1975.
NOTA TÉCNICA NO 8/2022-CGZV/DEIDT/SVS/MS	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/raiva/nota-tecnica-n-8-2022-cgzv-deidt-svs-ms.pdf/view	Informa sobre atualizações no Protocolo de Profilaxia pré, pós e reexposição da raiva humana no Brasil
NOTA TÉCNICA MS Nº 8_2022	https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/10/10-fluxograma-da-profilaxia-da-raiva-humana-da-nota-tecnica-ms-no8_2022.pdf	Profilaxia da Raiva Humana
GUIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E ELIMINAÇÃO DA FILARIOSE LINFÁTICA	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_filariose_lin_fatica.pdf	-
DECRETO MUNICIPAL - 29.989 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2016/2999/29989/decreto-n-29989-2016-reformula-o-comite-municipal-de-prevencao-de-acidentes-de-transito-compact	Reformula o Comitê Municipal de Prevenção de Acidentes de Trânsito (COMPAT)
LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13819.htm	Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. -

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA MS/GM Nº 1,356, DE 23 DE JUNHO DE 2006	https://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-cronicas-nao-transmissiveis/observatorio-promocao-a-saude/portarias/portaria_gm1356_2006.pdf	Institui o Sistema de Vigilância de Acidentes e Violências (VIVA).
PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO BRASIL, 2021-2030 (PLANO DE DANT)	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf/view	O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil, 2021-2030 (Plano de Dant), apresenta-se como diretriz para a prevenção dos fatores de risco das Dant e para a promoção da saúde da população com vistas a dirimir desigualdades em saúde.
PORTARIA Nº 72, DE 11 DE JANEIRO DE 2010 - VIGILÂNCIA DO ÓBITO INFANTIL E FETAL	https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/portaria72_2010vigilnciainfantilfetal.pdf	Estabelece que a vigilância do óbito infantil e fetal é obrigatória nos serviços de saúde (públicos e privados) que integram o Sistema Único de Saúde (SUS).
PORTARIA Nº 116, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2009/prt0116_11_02_2009.html	Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde.
PORTARIA Nº 1.119, DE 5 DE JUNHO DE 2008	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1119_05_06_2008.html	Regulamenta a Vigilância de Óbitos Maternos.
DECRETO Nº 27.481 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013	chrome-extension://efaidnbmninnbpcajpcgicfindmkaj/https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/decreto-nc2ba-27-481-de-25-10-2013-institui-o-cievs-recife.pdf	Institui o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde do Município do Recife - CIEVS RECIFE, define suas competências e estrutura organizacional.
PORTARIA GM/MS Nº 4.641, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt4641_29_12_2022.html	Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 3 e 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) e a Rede Nacional dos Centros de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Rede CIEVS), ambos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Legislação/ Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
MINISTÉRIO DA SAÚDE/DATHI PORTARIA GM/MS Nº 4.868, DE 17 DE JULHO DE 2024.	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-4.868-de-17-de-julho-de-2024-575050160	Dispõe sobre o Incentivo Financeiro às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/Aids), da Tuberculose, das Hepatites Virais e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde
MINISTÉRIO DA SAÚDE/DATHI LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14289.htm	Que obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.
DECRETO Nº 36521 DE 05/04/2023	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=445499	Regulamenta a lei municipal nº 18.864/2021 e estabelece os procedimentos para o requerimento, a tramitação e a conclusão, por meio eletrônico, do processo de licenciamento sanitário, no âmbito da secretaria municipal de saúde e dá outras providências.
DECRETO Nº 35610 DE 04/05/2022	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=432017	Regulamenta e classifica as atividades de baixo risco, nos termos da Lei Federal nº 13.874 de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica.
DECRETO Nº 37386 DE 29/12/2023	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=454325#:~:text=Revoga%20o%20Decreto%20n%C2%BA%2035.610,de%20Direitos%20de%20Liberdade%20Econ%C3%B4mica.	Revoga o Decreto nº 35.610, de 04 de maio de 2022, amplia e classifica as atividades de baixo risco, nos termos da Lei Federal nº 13.874 de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica.
NORMA TÉCNICA ESPECIAL Nº 01/2015	https://licenciamentounificado.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2022-06/NTE%2001-2015%20Esteriliza%C3%A7%C3%A3o.pdf	A presente NTE tem como objetivo estabelecer requisitos para funcionamento dos serviços de saúde e de interesse à saúde que realizam processamento de artigos visando à segurança dos usuários e dos profissionais envolvidos.
NORMA TÉCNICA SESAU Nº 1 DE 01/06/2017	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=344302	Estabelece as atividades relacionadas à importação, exportação, extração, fabricação, produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, transporte, armazenamento, distribuição, embalagem, fracionamento, comercialização e uso de alimentos.
DECRETO Nº 20.786, DE 10-08-1998	https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=3607	Regulamento do Código Sanitário do Estado de Pernambuco